

Adriana Alves

O MANUAL DA EMPRESA ANTIRRACISTA

Planeta ESTRATÉGIA

Como transformar a sua
empresa em uma potência
que luta por todos

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

O **Adriana Alves**

MANUAL

**O MANUAL DA
EMPRESA
ANTIRRACISTA**

EMPRESA

ANTIRRACISTA

CLISTA

Como transformar a sua
empresa em uma potência
que luta por todos

Planeta **ESTRATÉGIA**

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Adriana Alves, 2025
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2025
Todos os direitos reservados.

PREPARAÇÃO: Gabriela Araújo
REVISÃO: Mariana Gomes e Daniele Debora de Souza
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Nine Editorial
CAPA: Gabriela Pires

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Alves, Adriana

O manual da empresa antirracista/ Adriana Alves. – São Paulo:
Planeta do Brasil, 2025.
224 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-3691-0

1. Comportamento organizacional 2. Antirracismo 3. Diversidade racial
4. Empresas – Aspectos sociais I. Título

25-2444

CDD 658.402

Índice para catálogo sistemático:

1. Comportamento organizacional



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo,
e outras fontes controladas

2025

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação

São Paulo – SP – CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1

ENTENDENDO O RACISMO ESTRUTURAL 25

2

MINHAS EXPERIÊNCIAS REAIS VIVIDAS NO CORPORATIVO 69

3

DIVERSIDADE E NEGÓCIOS 103

4

LIDERANÇA INCLUSIVA 131

5

O PODER DO PERTENCIMENTO 163

6

O PACTO DA BRANQUITUDE 189

7

PARA ALÉM DA TEORIA – IMPLEMENTANDO MUDANÇAS 211

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 219

CAPÍTULO 1

ENTENDENDO O RACISMO ESTRUTURAL

“O racismo é um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo.”

— Djamila Ribeiro, *Pequeno manual antirracista*

O SISTEMA INVISÍVEL

No que você pensa quando ouve a palavra racismo? Existem algumas imagens que são mais fortemente associadas a essa palavra e pode ser que uma delas tenha surgido em sua mente. Quem sabe alguma cena de discriminação aberta, ou algum momento em que viu uma pessoa ser maltratada por alguém e que ficou explícito que aquilo aconteceu por ser tratar de uma pessoa negra. De fato, essas imagens carregam em si muita dor

e muito do significado que temos de racismo em nossas mentes, com frequência ilustrando livros e matérias que falam do tema. Porém, a pergunta que fica e que precisa ser respondida é: será que o racismo é sempre assim tão evidente? O racismo pode se manifestar de formas tão diferentes e, por vezes, tão sutis, que acabam passando despercebidas. Sabia disso?

E tão importante quanto esse questionamento é entender se você já parou para pensar que o racismo pode não ser uma atitude individual, mas sim coletiva. Nesse caso, estou falando de quando ele está escondido em algumas práticas, tão bem camuflado que, por vezes, pode até parecer que não existe. O racismo também pode se fazer presente em sistemas, tão enraizado que alguns acreditam até que não se trate de racismo. É desse caso que vamos falar no primeiro capítulo: o **racismo estrutural**. A ideia aqui é refletirmos juntos para entender como essas estruturas podem afetar a vida de milhões de pessoas todos os dias, muitas vezes pessoas que fazem parte do nosso convívio dentro das empresas e, ainda assim, passam despercebidas.

O racismo estrutural está bem lá no fundo das nossas instituições e do funcionamento da sociedade em que vivemos. Tão enraizado que, para tirá-lo, parece até que seria preciso arrancar toda a árvore de uma vez. Ele é um sistema bastante complexo e que fala mais do coletivo do que de atitudes individuais, mas que, veja bem, não está desconectado delas. Podemos perceber o racismo estrutural se manifestando em padrões, práticas e políticas que, bem discretamente, de uma forma sutil e contínua, servem para estabelecer e manter desigualdades raciais em diversas áreas da sociedade em que vivemos.

Quando falamos em racismo individual, estamos falando das palavras discriminatórias e ações violentas que geralmente são associadas ao termo. Contudo, no caso do racismo estrutural, temos uma prática que molda e influencia a forma como convivemos enquanto sociedade. Explicando de um jeito mais prático, o racismo estrutural influencia desde o acesso ao trabalho, à educação e à saúde, até como determinados grupos são representados na mídia e como são ouvidos em processos políticos.

E a não ser que uma empresa tenha sido criada em Marte, ela faz parte de uma sociedade. Não é difícil compreender isso. A empresa como instituição presta serviços para a sociedade em que está inserida e, dessa forma, também está sujeita às suas políticas. Por isso, compreender o que configura o racismo estrutural, como ele se manifesta e quais são os possíveis caminhos para que uma mudança possa ocorrer é tão importante. Ao entender como esse sistema funciona, podemos ver com outros olhos as desigualdades sociais que se mantêm e se reproduzem ao longo do tempo.

Foi por isso que achei tão importante abrir este livro com um capítulo que se aprofundasse nos conceitos do racismo estrutural. Para combatê-lo, primeiro é preciso compreendê-lo. Aqui, vamos desvendar as complexidades dessa prática e mostrar como ele se infiltra em diferentes aspectos da vida cotidiana. E, como você pode imaginar, qualquer empresa que queira ser antirracista precisa, antes de mais nada, entender quais são os tipos de racismo que podem ser praticados na estrutura corporativa. É assim que se torna possível caminhar para um ambiente que de fato promova a equidade.

É por meio desse entendimento que podemos perceber que as leis e as políticas constroem barreiras que limitam o acesso a oportunidades para certas pessoas. Quem não é diretamente afetado por esses obstáculos nem os percebe, mas pode ter toda a certeza de que as consequências são profundas e constantes para aqueles que são marginalizados.

Se este é um *Manual da empresa antirracista*, então precisamos todos partir de um amplo entendimento do que é o racismo. Assim, munidos do conhecimento necessário para identificar e combater o racismo em suas diferentes formas, podemos pensar em ações estratégicas que de fato contribuam para transformar o ambiente do trabalho.

Planeta ESTRATÉGIA

GLOSSÁRIO

Antes de continuarmos, é essencial conhecermos algumas estratégias para adotar uma linguagem mais simples e inclusiva. Para isso, selecionei alguns termos importantes, entre muitos, que podem nos ajudar a entender a necessidade de adaptar nossa comunicação, seguindo as diretrizes da APA (sigla em inglês para Associação Americana de Psicologia):

acesso

Eliminar a discriminação e as barreiras que contribuem para a desigualdade das oportunidades de pessoas a uma determinada categoria de trabalho.

aliado/aliados

Pessoas que reconhecem os privilégios imerecidos de que gozam por pertencerem a grupos favorecidos da nossa sociedade. Engloba, sobretudo, a branquitude, o gênero masculino, o cristianismo, a heterossexualidade, a cisgeneridade e outras entidades. Adotar uma perspectiva interseccional é fundamental quando pensamos em como diferentes sistemas de opressão se sobrepõem e em qual impacto eles têm na vida das pessoas. Um verdadeiro

aliado está disposto a agir com os outros e por eles, buscando eliminar a opressão e criar igualdade. Vale lembrar que ser aliado não é um rótulo que você atribui a si mesmo, e sim um papel que transparece por meio de ações contínuas.

aliado performativo

Termo que se refere a uma pessoa de grupo não marginalizado que presta apoio e solidariedade a um grupo marginalizado, mas acaba não ajudando de fato. O que é ainda pior é que, por vezes, esse aliado pode acabar prejudicando a causa. Em muitos casos, o “aliado” pode ser motivado por algum tipo de recompensa, como elogios ou feedback positivo nas redes sociais.

capacidade de resposta cultural

Significa conseguir entender e valorizar perspectivas diferentes trazidas pelas pessoas para uma interação. É mais do que reconhecer as diferenças, mas se esforçar para aprender sobre outras culturas e, assim, criar espaços em que a diversidade seja de fato respeitada e integrada ao dia a dia.

decolonização

Nome que se dá ao processo que tem como objetivo desfazer os impactos causados pela dominação histórica em populações subordinadas a poderosos estrangeiros.

discriminação

Palavra que se aplica ao tratamento de forma injusta ou diferenciada de outras pessoas. Esse tratamento pode ocorrer por diversos fatores, como idade, a identidade e expressão de gênero, a raça, a etnia, a religião que seguem, o país de onde vêm, o status de imigração, o idioma falado, o fato de terem alguma deficiência, o status socioeconômico. A discriminação pode ocorrer de forma individual, institucional ou estrutural. É válido ressaltar que um tratamento diferenciado dessa forma tem o objetivo de favorecer certos grupos em detrimento de outros. Assim, ele contribui para restringir as oportunidades que são dadas a quem faz parte dos grupos marginalizados. As identidades que levam à discriminação podem ser reais ou percebidas.

diverso

Envolve a representação ou composição de vários grupos de identidade social em um grupo de trabalho, organização ou comunidade. Ao utilizar esse termo, tem-se como foco as identidades sociais que refletem diferenças sociais tanto em poder quanto em privilégio e que causam a marginalização de alguns grupos baseada em características específicas.

generalização

Quando alguém generaliza, está utilizando-se de um conceito, princípio ou teoria criada como base em um número limitado de casos para julgar e aplicar de forma mais ampla, usando-se da parte para discriminar o todo.

maioria global

Esse termo é utilizado como forma de incentivo para que descendentes de africanos, asiáticos, latino-americanos e árabes reconheçam que, quando juntos, constituem cerca de oitenta por cento das pessoas no mundo. O objetivo é reconhecer que a branquitude não é a norma global.

privilégio

Poder ou vantagem que, em grande parte dos casos, é distribuído de forma desigual. Pode se manifestar de muitas formas, como direitos, benefícios ou oportunidades que uma pessoa e/ou grupo só têm por se encaixarem em determinado padrão.

programas preparatórios

Esses programas buscam promover o acesso e diminuir as barreiras que separam os grupos marginalizados do acesso à educação, a uma formação ou a um progresso de carreira, e que são fundamentais para fomentar a equidade.

Sul Global

Quando se fala em Sul Global, as referências são a América Latina, a Ásia, a África e a Oceania que, em maioria, englobam países de baixos rendimentos e pessoas marginalizadas no âmbito político ou cultural.

O QUE É RACISMO ESTRUTURAL?

É claro que precisaríamos começar esta conversa explicando de forma mais aprofundada e detalhada o que é o racismo estrutural, mas, para defini-lo, primeiro vamos falar do racismo em si.

Quando falamos de racismo, estamos mencionando uma forma de discriminação que não é nada nova. Pelo contrário, é sistematizada e está enraizada em nossa sociedade, tendo como base a raça e podendo se manifestar de diversas formas, conscientes ou inconscientes.

O resultado dessa discriminação são desvantagens para alguns e privilégios para outros e, como já vimos antes, os dois estão intimamente ligados. A depender do grupo étnico a que uma pessoa pertence, ela pode encontrar um caminho mais ou menos difícil à frente. E é também importante entender que apesar de a conexão entre o racismo, o preconceito e a discriminação racial ser bem forte, há algumas nuances que permitem diferenciar os três conceitos. É isso que vamos aprender melhor agora.

Vamos começar falando do preconceito racial, que, em resumo, é quando alguém faz um julgamento antecipado sobre pessoas de determinados grupos. Na maioria das vezes, esse preconceito nasce de estereótipos amplamente generalizados, podendo levar a práticas discriminatórias. Um exemplo seria acreditar que pessoas negras são naturalmente violentas ou que pessoas de descendência árabe são fanáticas religiosas. Esses conceitos se sustentam em estereótipos e, quando disseminados, reforçam visões distorcidas que acabam alimentando e perpetuando o racismo.

Já a chamada discriminação racial se refere a um tratamento diferenciado dado a membros de grupos identificados racialmente. O resultado direto pode ser uma vantagem ou desvantagem baseada apenas na raça. Para que a discriminação racial ocorra, um poder efetivo precisa existir, pois quem permite que tais desigualdades sejam impostas é exatamente esse poder. E essa discriminação pode se dividir em duas categorias: direta ou indireta.

A direta se refere a um preconceito óbvio e para lá de explícito que tem, como resultado, um repúdio aberto a indivíduos ou grupos por causa da raça. Um exemplo evidente é quando pessoas são proibidas de entrar em um país por sua etnia, ou estabelecimentos comerciais que se recusam a atender pessoas de certos grupos.

A indireta, no entanto, é bem mais sutil. Nesse caso, a intenção de discriminar não é óbvia, mas nem por isso deixa de gerar desigualdades para lá de significativas. Pense, por exemplo, em quando particularidades e necessidades de grupos minoritários são negadas, como em aeroportos que disponibilizam capelas com cruzes católicas para rezar, mas não possuem áreas correspondentes para pessoas de outras religiões.

Outro exemplo é a imposição de regras que, apesar de tentarem parecer neutras, acabam prejudicando um grupo de forma desproporcional. As políticas de neutralidade racial dentro de empresas se encaixam nessa categoria, porque não levam em consideração as barreiras sociais e econômicas que pessoas de determinados grupos raciais enfrentam. O melhor termo para explicar a discriminação racial indireta seria o famoso “falta de consideração”.

É a falta de consideração pelas consequências da aplicação dessas normas ou práticas. Porque, como ressalttei, apesar de talvez não terem a intenção de serem discriminatórias, temos, sim, a perpetuação da desigualdade racial.

E, agora, chegou a hora de falarmos do racismo – e de você entender a importância de mencionarmos essas outras categorias antes. O racismo vai além de tudo isso. É o que acontece quando essas crenças são institucionalizadas, quando elas passam a fazer parte das práticas e políticas que regem uma sociedade.

Para entender melhor, é importante saber que o racismo vai muito além de um preconceito pessoal. Ele se enraíza em sistemas de poder, servindo para beneficiar certos grupos raciais em detrimento de outros. O preconceito racial pode ser visto como uma crença ou atitude individual; a discriminação racial, como um tratamento injusto que surge dessas crenças; e, por fim, o racismo é quando essas práticas se institucionalizam. É transformar o preconceito em uma norma econômica, social e política, impactando diretamente as oportunidades e a vida das pessoas com base na raça.

E agora que já entendemos tudo isso, está na hora de falarmos do tal racismo estrutural. Aqui, temos duas palavras diferentes, mas bem conectadas. Já falamos do termo racismo que, historicamente, era utilizado para separar pessoas em categorias de acordo com características físicas e culturais, buscando estabelecer hierarquias e, assim, justificar a dominação de um grupo por outro.

Josiah Nott, antropólogo e epidemiologista do século 19, que, por um acaso, também era proprietário de escravizados,

disse: “A inferioridade dos negros é visível em suas características físicas, mas também em suas capacidades intelectuais, morais e culturais”.¹

Veja bem: essa frase não foi proferida em mil duzentos e bolinha. Nott viveu de 1804 a 1873. Se fizer os cálculos, verá que não faz nem 160 anos que ele morreu. Um dos defensores do racismo científico, Nott se utilizava do discurso da inferioridade racial dos negros para justificar a escravidão e lucrar com ela, visto que também comercializava pessoas escravizadas.

Vamos agora passar para a palavra estrutural, do latim *structura*, que se refere a uma construção ou um arranjo. Quando falamos de racismo estrutural, estamos nos referindo ao racismo incorporado nas bases de instituições sociais, políticas e econômicas. É um sistema de desigualdades e discriminação que não é apenas o resultado de ações individuais como ainda está integrado e normalizado nas estruturas que governam a sociedade. Esse sistema colabora para que certos grupos raciais sejam subordinados e marginalizados.

É como uma força invisível, mas muito, muito poderosa, uma massinha que molda as instituições, práticas e interações do dia a dia. É fundamental entender esse conceito antes de continuarmos nossa conversa, porque ele será muito, muito utilizado.

Falamos de racismo estrutural quando queremos desvendar as complexidades da desigualdade racial; falamos dele para

1 NOTT, Josiah Clark. *Two Lectures on the Connection Between the Biblical and Physical History of Man*: Delivered by invitation from the chair of political economy of the Louisiana University in December, 1848. New York, 1849. p. 23, 41.

refletir o quanto a discriminação está enraizada nas estruturas da sociedade em que vivemos; falamos de racismo estrutural para entender porque o acesso à educação e ao emprego e até a representação na mídia e o tratamento pelo sistema de justiça são diferenciados de acordo com a cor da pele.

É desconfortável falar disso. Sei que é. Vejo que muitas pessoas têm tendência a acreditar que negros amam falar de racismo, e isso é mentira. Acredite: tudo o que eu mais queria era não ter que pronunciar mais essa palavra. Contudo, dizendo ou não dizendo, ele existe, eu o vivencio. E se incomoda é porque tem que ser falado. Até porque, como vamos ver, o racismo estrutural afeta a sociedade como um todo, e não só quem sofre diretamente com ele. Reconhecer essa realidade é o primeiro passo para promover mudanças profundas e duradouras.

UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO RACISMO

Não tenho a intenção de afirmar que vou conseguir, em alguns poucos parágrafos, abordar toda a minuciosa e complexa história do racismo. Isso seria impossível. Porém, podemos, sim, nos aprofundar um pouco mais, o que nos ajudará a entender melhor o racismo estrutural. Um panorama histórico é sempre necessário quando se trata de um problema com raízes históricas, certo? E quero começar discutindo tanto a origem quanto o significado da palavra raça. Mais especificamente, o que raça quer dizer quando aplicada a seres humanos. Compreender como esse conceito foi moldado ao longo do tempo nos ajudará a entender as raízes profundas e as implicações do racismo na sociedade.

O conceito de raça é relacional e histórico. Embora existam várias opiniões sobre a origem do termo, sabe-se que, de início, era usado para classificar plantas e animais. Somente depois foi aplicado para diferenciar grupos humanos. Esse processo de mudança não foi simples nem rápido, pelo contrário, ele acompanhou as transformações de cada período histórico. À medida que as sociedades evoluíam, o conceito de raça também mudava, até se tornar uma justificativa para as desigualdades sociais e a manutenção das estruturas de poder.

A partir do século 16, a ideia de raça como um marcador de diferenças fundamentais entre seres humanos começou a se destacar, moldada pelas necessidades das sociedades em expansão econômica e territorial. Mas o que fez essa noção se tornar tão influente? Naquele período, marcado pelo mercantilismo e pelas grandes navegações, as potências europeias buscavam novas terras e riquezas, e o contato com povos até então desconhecidos criou um terreno fértil para refletir sobre a diversidade humana.

Já parou para pensar em como a cultura da época, sobretudo o Renascimento, influenciou essa reflexão? A cultura renascentista, impulsionada pelas descobertas geográficas, trouxe à tona novas questões sobre o que significava ser humano. Com o contato com diferentes povos, os europeus passaram a criar categorias para classificar essas diferenças, e o conceito de raça começou a ser usado para justificar a superioridade de uns sobre outros. Esse processo não foi imediato, foi gradual e estabeleceu as bases para classificações raciais que moldariam profundamente as estruturas políticas e econômicas emergentes.

ENTÃO, POR QUE ISSO IMPORTA?

Entender como e por que essas ideias foram desenvolvidas nos ajuda a perceber as raízes do racismo que ainda impactam a sociedade. As classificações raciais não surgiram do nada, foram construídas ao longo do tempo, influenciadas por interesses econômicos, políticos e sociais. Ao dissecar essa história, conseguimos questionar as próprias bases dessas ideias, abrindo caminho para um entendimento mais profundo e crítico sobre o que a raça significa atualmente.

O que podemos concluir é que o significado que atribuímos hoje ao conceito de raça está profundamente ligado às circunstâncias históricas em que ele foi criado. Como vimos, esse termo carrega marcas de conflito e relações de poder que moldaram a sociedade e que continuam a se refletir nas estruturas contemporâneas. Em outras palavras, ao usar esse termo, trazemos conosco os mesmos marcadores de poder do período em que ele começou a ser utilizado.

UMA VISÃO MAIS APROFUNDADA

Vamos analisar essa história um pouco mais fundo. Foram muitas as formas de racismo que ocorreram e ainda ocorrem na humanidade, assim como as justificativas utilizadas para endossar essa prática. A escravidão é a forma mais recorrente que nos vêm à mente, mas temos que pensar também no colonialismo, que teve as bases na prática da escravidão transatlântica, ou nos regimes de Apartheid ao redor do mundo. O da África do Sul é o mais famoso.

A escravidão transatlântica foi um dos capítulos mais sombrios da história mundial. Milhões de pessoas sendo arrancadas das terras natais, separadas dos familiares e forçadas a viver em condições desumanas; a brutalidade sendo justificada por ideologias que afirmavam que essas pessoas eram inferiores.

A divisão racial foi, por muito tempo, uma ferramenta muito poderosa para que se pudesse controlar e explorar os territórios colonizados por europeus. Esses colonizadores, quando criaram hierarquias que tinham como base a raça, contribuíram para que as desigualdades raciais se estabelecessem durante o colonialismo. E, como é para lá de óbvio, nada disso teve fim quando foi decretada a abolição da escravatura. Não se corrigem centenas de anos de exploração com um simples decreto. A realidade após a abolição foi que grande parte dos negros continuaram sendo excluídos da sociedade e vivendo em situações análogas à escravidão.

Outra brutalidade justificada por ideologias racistas foi o Apartheid, sistema de segregação racial oficialmente instaurado na África do Sul em 1948, embora suas raízes estejam ligadas a períodos anteriores de colonização e dominação racial. Esse regime foi marcado por leis e práticas que separavam com rigidez os grupos raciais, favorecendo a minoria branca e discriminando a maioria negra e outras etnias não brancas.

Você pode imaginar como o Apartheid afetou todos os aspectos da vida na África do Sul? As leis do Apartheid proibiam casamentos entre pessoas de diferentes raças, determinavam áreas residenciais segregadas para cada grupo racial e impunham restrições severas ao deslocamento das pessoas negras.

A população negra foi forçada a viver em bantustões ou *homelands* – áreas designadas que eram, em maioria, inadequadas econômica e socialmente.

Além disso, o sistema educacional era severamente desigual: as escolas para brancos recebiam muito mais recursos e ofereciam oportunidades significativamente melhores em comparação com as escolas para negros. O Apartheid não apenas separou fisicamente as pessoas, mas também criou uma profunda divisão psicológica e social que marcou várias gerações.

A relevância do Apartheid na história global está na demonstração extrema de racismo institucionalizado e na luta que suscitou, tanto na África do Sul quanto ao redor do mundo. O regime enfrentou resistência interna constante, liderada por figuras como Nelson Mandela e organizações como o Congresso Nacional Africano (CNA), além de ter enfrentado uma ampla condenação e diversas sanções internacionais.

Nelson Mandela, um dos líderes mais proeminentes na luta contra o Apartheid, foi preso em 1962 e, em 1964, condenado à prisão perpétua sob acusações de sabotagem contra o governo que havia imposto o Apartheid. Sua prisão se tornou um símbolo global da resistência contra o regime opressor. Mandela passou 27 anos encarcerado, a maior parte desse tempo na ilha Robben, próxima à Cidade do Cabo.

A crescente pressão interna e internacional eventualmente forçou o governo sul-africano a começar negociações para acabar com o Apartheid. Em um momento histórico, Nelson Mandela foi libertado da prisão em 11 de fevereiro de 1990. Esse acontecimento não apenas marcou o começo do fim do

regime segregacionista como também representou uma enorme vitória para milhões de sul-africanos e ativistas que lutavam por justiça e igualdade racial ao redor do mundo.

Após sua libertação, Mandela teve um papel crucial nas negociações que levaram ao desmantelamento do Apartheid e à realização das primeiras eleições democráticas e multirraciais na África do Sul, em 1994. Ele foi eleito o primeiro presidente negro do país, simbolizando o início de uma nova era de reconciliação e construção de uma nação unida, conhecida como a “Nação Arco-Íris”. A luta de Mandela contra o Apartheid, assim como sua liderança, continua a ser um poderoso símbolo da resistência contra a opressão e da capacidade da humanidade de superar divisões profundas em busca de um futuro baseado na igualdade e na justiça.

Aproveitando o ensejo, gostaria de compartilhar uma experiência interessante que tive com a doutora Makaziwe Mandela, uma das principais palestrantes de um evento sobre tecnologia do qual participei. Durante o evento, tivemos a oportunidade de conversar na sala VIP, que funcionava quase como um camarote para os painelistas.

Foi uma conversa reveladora. Em um momento, enquanto estávamos ali conversando, ela me observou e comentou: “É curioso, o Brasil tem uma grande porcentagem de pessoas negras, mas só nós duas estamos aqui no meio de tantas pessoas não negras”. Ela chegou à conclusão de que, de certa forma, o Brasil vive uma forma de apartheid, embora não seja oficialmente reconhecido como na África do Sul. Ela ficou bastante impressionada com o que viu.

Makaziwe já havia visitado o Brasil, mas brevemente. Naquele dia, ela conseguiu perceber com mais profundidade as realidades do país e o quanto o racismo ainda persiste. Para mim, foi uma experiência muito significativa. Estabelecemos uma conexão e trocamos contatos. Posteriormente, organizei um evento global na empresa em que trabalhava e a convidei para participar. Fui a mediadora de sua palestra sobre o papel das empresas na mudança do racismo estrutural, e a experiência foi mesmo incrível.

Mas agora, vamos mudar o cenário para os Estados Unidos, onde o racismo institucionalizado tem uma história longa e complexa, entrelaçada com a fundação e o desenvolvimento do país. Desde o período da escravidão até as leis de segregação racial, conhecidas como “Jim Crow”, passando pelo movimento pelos direitos civis e chegando aos desafios contemporâneos relacionados à justiça racial, os EUA têm enfrentado profundas questões de desigualdade e discriminação racial.

A escravidão, por exemplo, desempenhou um papel central na economia e na sociedade norte-americanas, sobretudo nos estados do sul, desde o período colonial até meados do século 19. A dependência econômica do trabalho escravo, particularmente nas plantações de algodão, criou divisões profundas, que acabaram culminando na Guerra Civil Americana (1861-1865). Após a vitória do Norte abolicionista, a escravidão foi formalmente abolida com a 13ª Emenda à Constituição dos EUA em 1865.

No entanto, a abolição da escravidão não trouxe uma solução imediata para a desigualdade racial. Após o período da

Reconstrução, surgiram as leis de Jim Crow, que foram criadas para impor a segregação racial no Sul dos EUA. Essas leis restringiram os direitos civis e políticos dos afro-americanos por meio de regulamentações estaduais e locais. O princípio “separados, mas iguais”, estabelecido pela decisão da Suprema Corte no caso Plessy v. Ferguson (1896), tornou-se a base legal para a segregação, resultando em condições claramente inferiores para os negros em escolas, transporte público e em outros aspectos da vida pública.

O movimento pelos direitos civis das décadas de 1950 e 1960 foi um momento crucial na luta contra o racismo institucionalizado nos Estados Unidos. Liderado por figuras proeminentes como Martin Luther King Jr., Rosa Parks, Malcolm X e muitos outros, o movimento teve como objetivo principal dismantelar as leis de segregação racial conhecidas como Jim Crow e garantir direitos civis iguais para os afro-americanos.

Vários acontecimentos importantes ajudaram a mobilizar o apoio nacional e pressionar o governo por mudanças legislativas. Por exemplo, o boicote aos ônibus de Montgomery, iniciado por Rosa Parks, e as marchas da cidade de Selma a Montgomery, organizadas por Martin Luther King Jr., foram marcos decisivos. Além disso, o famoso discurso “I have a dream”, de King, inspirou muitos a se unirem à causa. Esses acontecimentos culminaram na aprovação de duas leis fundamentais: a Lei dos Direitos Civis, de 1964, que proibia a discriminação racial em diversos setores, e a Lei do Direito ao Voto, de 1965, que assegurou o direito de voto para todos, independentemente da raça.

Apesar dos avanços significativos, os afro-americanos e outras minorias raciais nos EUA ainda enfrentam desigualdades sistêmicas em várias áreas. Isso inclui problemas em educação, emprego, habitação, saúde e justiça criminal. A brutalidade policial continua sendo um grave problema, e o movimento Black Lives Matter (BLM), que ganhou força após a morte de Trayvon Martin, em 2012, e se tornou amplamente conhecido após as mortes de Michael Brown, Eric Garner e George Floyd, destaca a persistente luta contra o racismo sistêmico e a violência policial.

Portanto, mesmo com as vitórias do movimento pelos direitos civis, a batalha pela justiça e igualdade racial continua sendo um desafio importante nos dias de hoje.

O CASO DO BRASIL

No Brasil, o racismo tem raízes muito profundas que se estendem desde o período colonial. Durante esse tempo, o país foi marcado pela escravização tanto de povos indígenas quanto pela importação de escravizados africanos. O Brasil se tornou o maior destino de africanos escravizados no Atlântico, com estimativas indicando que mais de 4 milhões de africanos foram trazidos para o país entre os séculos 16 e 19. A escravidão no Brasil foi sustentada por uma estrutura econômica e social que considerava os africanos e seus descendentes como inferiores, destinados exclusivamente ao trabalho forçado.

É importante destacar que a narrativa oficial muitas vezes celebra a chegada dos europeus como uma “descoberta” e um

marco para a história do Brasil. No entanto, a verdade é que o território que hoje conhecemos como Brasil já era habitado por uma rica diversidade de povos indígenas. A chegada dos colonizadores europeus não trouxe um “Novo Mundo”, e sim deu início a um período devastador de genocídio das populações nativas, introdução de doenças desconhecidas na região e exploração intensa dos recursos naturais e humanos.

O processo de colonização não apenas causou imensas violências físicas e culturais contra as comunidades indígenas, mas também estabeleceu as bases para um regime escravista que durou mais de três séculos. Durante esse longo período, milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil, submetidos a condições de escravidão brutal e privações severas. A escravidão, que foi um pilar fundamental da economia colonial, ajudou a formar uma sociedade profundamente desigual e marcada por discriminação racial, cujos efeitos ainda são sentidos hoje.

A abolição da escravidão, em 1888, por meio da Lei Áurea, não foi acompanhada de políticas para integrarem ou repararem a situação dos recém-libertos, que ficaram marginalizados na sociedade brasileira. Após a abolição, continuaram a existir estruturas racistas que excluía negros e pardos do acesso a direitos, educação e oportunidades de ascensão social. Além disso, o século 20 trouxe à tona teorias racistas que tentavam justificar a desigualdade racial como resultado de diferenças biológicas, influenciando de modo negativo as políticas públicas e práticas sociais.

A Constituição brasileira de 1824, que foi promulgada após a independência do Brasil, em 1822, estabeleceu as bases legais

e institucionais do Império do Brasil. Essa Constituição foi inovadora ao igualar o conceito de “nacionais” a “cidadãos”, o que expandiu o reconhecimento de cidadania brasileira aos libertos nascidos no território nacional. No entanto, ela deixou uma lacuna importante em relação ao status dos africanos libertos que não haviam nascido no Brasil, criando uma situação complexa para esses indivíduos.

A Constituição de 1824 não definia claramente o status dos libertos africanos, colocando-os em uma posição ambígua. Pela lógica jurídica da época, poderia se esperar que fossem classificados como estrangeiros, uma vez que não eram nascidos no Brasil. No entanto, a legislação imperial não abordava de maneira clara a situação deles, resultando em um limbo legal e social.

A antropóloga brasileira Manuela Carneiro da Cunha (2012) analisou essa questão e descreveu os libertos africanos como apátridas dentro do próprio território em que viviam. Isso significa que eles não tinham uma nação de origem que os reconhecesse como cidadãos e não eram plenamente reconhecidos pelo país em que residiam. Como apátridas, enfrentavam várias restrições e vulnerabilidades, incluindo dificuldades no acesso a direitos civis, propriedade de terras e participação política.

A situação dos libertos africanos ilustra as contradições e os desafios na construção da cidadania em um país com um histórico de escravidão e racismo institucional. Embora a Lei Áurea tenha abolido formalmente a escravatura em 1888, as profundas desigualdades raciais continuaram a influenciar as políticas e a sociedade brasileira. O limbo legal e social enfrentado pelos libertos africanos, causado pela Constituição de 1824 e por

legislações subsequentes, revela as complexidades da inclusão social e da cidadania em contextos pós-coloniais, nos quais a herança da escravidão e do colonialismo ainda afeta as relações sociais e as estruturas de poder.

Além disso, durante o século 20, o Brasil viu a disseminação de teorias racistas que promoviam a ideia da inferioridade negra e defendiam o “embranquecimento” da população como uma solução para os “problemas raciais” do país. Essas ideologias, baseadas em premissas científicas falsas e preconceituosas, influenciaram políticas públicas e reforçaram estereótipos raciais, perpetuando o racismo estrutural na sociedade brasileira.

O racismo no Brasil contemporâneo ainda carrega as marcas das estruturas históricas que moldaram nossa sociedade. Embora tenhamos visto avanços legislativos e iniciativas afirmativas, como as cotas raciais em universidades e concursos públicos, a desigualdade racial continua a se manifestar de maneira significativa em várias áreas, como educação, habitação, saúde e representação política. Esses avanços, embora importantes, ainda não conseguiram erradicar as disparidades profundas que afetam a população negra e parda.

Por exemplo, dados alarmantes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que 78,4% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (FBSP, 2023). Isso destaca uma exposição desproporcional da população negra à violência. Os Atlas de Violência, referentes aos anos de 2018 e 2020, também ilustram claramente as diferenças na forma como a violência afeta brancos e negros. Esses estudos mostram que, enquanto muitos

brasileiros avançam, a população negra ainda enfrenta desafios desproporcionais e severos.

Nesse contexto, a história do racismo no Brasil é também uma história de resistência e luta constante por igualdade e justiça social. Movimentos negros e ativistas têm desempenhado papéis cruciais na denúncia das estruturas racistas e na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Entender o racismo em suas dimensões histórica e contemporânea é fundamental para construir um futuro em que a dignidade e os direitos de todos sejam reconhecidos e respeitados plenamente. É essencial que continuemos a analisar e enfrentar essas questões para garantir um futuro mais igualitário e justo a todos.

COMO O RACISMO SE MANIFESTA NO COTIDIANO

Bom, a primeira parte dessa conversa foi bastante técnica, quase aquilo que encontraríamos em um livro de História. Mas veja bem, era extremamente necessário traçarmos esse panorama para compreendermos como o racismo se manifesta de forma cotidiana. A desigualdade presente em nossa sociedade é a manifestação do racismo estrutural para quem quiser ver. E ela ocorre em todos os níveis da vida diária, como na educação, nas ofertas de emprego, no sistema de saúde e ao decidir quem será e quem não será representado na mídia. E não há nada de aleatório na existência disso; como já vimos, foram causados por centenas de anos de crenças e práticas racistas institucionalizadas, que foram legitimadas e repetidas ao longo de gerações.